



<b>Relatório nº001</b>		 <small>Empoderando vidas. Fortalecendo nações.</small>	 MINISTÉRIO DO <b>MEIO AMBIENTE</b>	
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 1 / 23</b>			

## **Projeto BRA/18/G31 - PIMS 5792**



**Relatório Nº RLT - 001**

### **Relatório Inception Workshop**

**Parceiro Técnico: MMA**

**Instituição: PNUD**

**Brasília - Dezembro de 2019**

<b>Relatório nº001</b>		 <small>Empoderando vidas. Fortalecendo nações.</small>	 MINISTÉRIO DO <b>MEIO AMBIENTE</b>	
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 2 / 23</b>			

## **Relatório Nº 001**

### **Relatório do Inception Workshop**

**EXECUÇÃO**

---

(...)

**VERIFICAÇÃO**

---

(...)

**APROVAÇÃO**




---

(...)

<b>Relatório nº001</b>		 <small>Empoderando vidas. Fortalecendo nações.</small>	 <b>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE</b>	
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 3 / 23</b>			

## ÍNDICE DOS ASSUNTOS

SIGLAS .....	4
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. OBJETIVO .....	5
3. SUMÁRIO E OBJETIVOS DO PROJETO .....	5
4. ESTRATÉGIA E ARRANJOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO .....	7
5. PROGRESSO DO PROJETO DURANTE O PERÍODO INICIAL .....	10
6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO .....	11
7. RISCOS .....	12
8. ESTRATÉGIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS - MEDIDAS DE MITIGAÇÃO .....	15
9. MARCO LÓGICO .....	17
10. PLANO DE TRABALHO ANUAL (PTA) .....	17
11. ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO .....	17
12. RECOMENDAÇÕES E PRÓXIMOS PASSOS .....	18
13. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS .....	19
14. ANEXOS	
● Agenda da Reunião .....	21
● Lista de Presença .....	21
● Figuras utilizadas nas discussões em grupos.....	23
● Ata da Reunião .....	24
● Plano de Compras para o ano de 2020 .....	36

<b>Relatório nº001</b>		 <small>Empoderando vidas. Fortalecendo nações.</small>	 <b>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE</b>	
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 4 / 23</b>			

## SIGLAS

<b>PNUD</b>	..... Casa das Nações Unidas
<b>PICTAFs</b>	..... Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
<b>GEF</b>	..... Fundo Global para o Meio Ambiente
<b>M&amp;E</b>	..... Monitoramento e Avaliação
<b>MMA</b>	..... Ministério do Meio Ambiente
<b>MCTIC</b>	..... Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação
<b>MDR</b>	..... Ministério do Desenvolvimento Regional
<b>CGen</b>	..... Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
<b>EMBRAPA</b>	.... Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>SIRE</b>	..... Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas (EMBRAPA)
<b>ABC</b>	..... Associação Brasileira de Comunicação
<b>MAPA</b>	..... Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>IW</b>	..... Inception Workshop
<b>Fiocruz</b>	..... Fundação Oswaldo Cruz
<b>Sebrae</b>	..... Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
<b>FRNB</b>	..... Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios
<b>Funai</b>	..... Fundação Nacional do Índio
<b>ODS</b>	..... Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
<b>SUS</b>	..... Sistema Único de Saúde
<b>ABS</b>	..... Atenção Básica de Saúde

<b>Relatório nº001</b>		
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 5 / 23</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

O Inception Workshop (IW) tem por objetivo registrar oficialmente o início da execução do projeto.

O evento foi realizado na sala do prédio Zilda Arns, na Casa das Nações Unidas (PNUD), em Brasília, no dia 03 de dezembro de 2019.

As instituições participantes foram ABC, CGen, Embrapa, Fiocruz, FNRB, MAPA, MCTIC, MDR, MMA, PNUD, FUNAI e SEBRAE.

## 2. OBJETIVOS

O objetivo principal do Inception Workshop é garantir a plena compreensão e apropriação dos objetivos e das metas do projeto por parte da equipe do projeto e de todos os envolvidos, gerando insumos para finalizar a preparação do primeiro Plano de Trabalho Anual do Projeto com base em sua Matriz Lógica. Além disso, o IW tem por objetivo ainda:

- Informar sobre os requisitos de M&E ao longo da vida do projeto;
- Discutir os papéis de todos envolvidos;
- Estabelecer e reafirmar compromissos assumidos com todos os “stakeholders” desde a fase de desenho do Projeto.

## 3. SUMÁRIO E OBJETIVOS DO PROJETO

O Projeto BRA/18/G31 (PIMS 5792) - Uso sustentável, acessível e inovador dos recursos da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado em cadeias promissoras de valor fitoterápico no Brasil - foi concebido com o objetivo de melhorar os benefícios globais da biodiversidade, decorrentes do uso sustentável, acessível e inovador das plantas medicinais nos ecossistemas brasileiros, por meio do fortalecimento de cadeias de valor fitoterápicas promissoras, com base no conhecimento tradicional das comunidades indígenas e locais e em conformidade com o regime de ABS aplicável.

O Projeto introduzirá e testará um novo modelo para as cadeias de valor de fitoterápicos, que incentiva a valorização e priorização contínuas das espécies brasileiras no segmento de fitoterápicos, além do cumprimento com o ARB. Espera-se, assim, chegar ao manejo sustentável e conservação do patrimônio genético, além de obter benefícios socioeconômicos. O modelo corroborará os usos agroecológicos do solo e práticas sustentáveis, mais especificamente ao incorporar modelos e padrões de sustentabilidade

<b>Relatório nº001</b>		 <small>Empoderando vidas. Fortalecendo nações.</small>	 <b>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE</b>	
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 6 / 23</b>			

no aspecto a montante das cadeias de valor dos fitoterápicos (sejam as matérias-primas obtidas por meio de cultivo ou pelo extrativismo).

Além disso, aplicará uma abordagem de cadeia de valor, por meio do fortalecimento das cadeias de valor fitoterápico em nível local nos Arranjos Produtivos Locais (APL) e, ao mesmo tempo, dará suporte a mais pesquisas sobre os produtos medicinais fitoterápicos promissores e ao aumento da demanda por esses produtos, em um trabalho conjunto com o SUS. Esta abordagem integrada garantirá que as barreiras que prejudicam o fortalecimento das cadeias de valor à base de plantas medicinais sejam combatidas em todos os níveis relevantes. Ao mesmo tempo, a estratégia do projeto envolverá um esforço para incorporar a biodiversidade e promover acesso e repartição de benefícios (ARB), promovendo as salvaguardas sociais e os benefícios socioeconômicos.


O Projeto apoiará APLs em todos os quatro biomas-alvo do Projeto – os quais juntos concentram a maior parte da biodiversidade do Brasil, a saber, Amazônico, Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado - bem como APLs em diferentes estágios do processo de desenvolvimento e fortalecimento da cadeia de valor. Desenvolverá mecanismos práticos para facilitar o acesso a recursos genéticos em um marco justo e igualitário, além da repartição de benefícios que podem derivar do uso dos recursos genéticos no segmento de fitoterápicos e, quando cabível, do conhecimento tradicional associado. Essas estruturas serão desenvolvidas em total cumprimento com a legislação nacional de 2015 sobre acesso e repartição de benefícios (ARB) que, por sua vez, está alinhada ao Protocolo de Nagoya sobre ARB.

Ao longo da vigência do Projeto, que tem duração prevista de 6 anos, pretende-se alcançar os seguintes Resultados:

**Resultado 1:** Cadeias de valor fitoterápico estabelecidas em povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PIPCTAFs) nos Arranjos Produtivos Locais (APLs)

**Resultado 2:** P&D públicas e privadas para o desenvolvimento de produtos medicinais à base de plantas nativas brasileiras aceleradas pelo apoio estratégico a parcerias mais justas, assegurando o total envolvimento das PIPCTAFs em conformidade com o sistema ARB;

**Resultado 3:** Regulamentos simplificados e em conformidade com o sistema ARB incorporados ao sistema nacional de saúde pública para aumentar a demanda e oferecer maior acesso a produtos fitoterápicos à base de plantas nativas;

<b>Relatório nº001</b>		
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 7 / 23</b>	

**Resultado 4:** Gestão do conhecimento, monitoramento e avaliação realizados para divulgar informações sobre cadeias de valor fitoterápicas em conformidade com o sistema ARB, ambientalmente sustentáveis, além de promover sua expansão.

#### **4. ESTRATÉGIA E ARRANJOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO**

O projeto aplicará uma abordagem para o fortalecimento de cadeias de valor de fitoterápicas em nível do local nos APLs e, ao mesmo tempo, dará suporte a mais pesquisas sobre os produtos medicinais fitoterápicas promissores e ao aumento da demanda por esses produtos, em um trabalho conjunto com o SUS. Esta abordagem integrada garantirá que as barreiras que prejudicam o fortalecimento das cadeias de valor à base de plantas medicinais sejam combatidas em todos os níveis relevantes. Ao mesmo tempo, o projeto envolve um interessante híbrido de trabalho para incorporar a biodiversidade e promover acesso e repartição de benefícios (ARB), promovendo a conservação da biodiversidade, as salvaguardas sociais e os benefícios socioeconômicos.

O Projeto parte do pressuposto de que o fortalecimento de cadeias de valor com base nas espécies nativas brasileiras, a promoção de P&D sobre essas espécies e o envolvimento com o sistema de saúde pública para apoiar a maior incorporação dos produtos medicinais fitoterápicas servirão de condutores para o fortalecimento do setor fitoterápico e para a promoção da conservação das espécies nativas, incentivando o acesso e a repartição de benefícios dos recursos genéticos de forma justa.

Uma das motivações do Governo Federal para dar apoio ao segmento de fitoterápicas é a possibilidade de reduzir os custos de produzir medicamento seguro e eficaz, disponibilizado à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, ao desenvolver cadeias de valor integradas, o maior cultivo de plantas medicinais em diferentes paisagens pode ajudar a disseminar técnicas de agricultura agroecológica e orgânica entre os pequenos produtores e, ao mesmo tempo, assegurar um fluxo tangível de renda para eles. Adicionalmente, o segmento de fitoterápicas tem um amplo espaço de crescimento, inclusive por meio de exportações que, atualmente, são praticamente insignificantes. O setor de fitoterápicas tem uma oportunidade de capitalizar a significativa importância da biodiversidade brasileira, desenvolver novos produtos, conquistar novos nichos de mercado e, no processo, gerar mais benefícios para a sociedade.

Neste contexto, os grupos de PIPCTAFs têm um papel primordial para o desenvolvimento sustentável do país, considerando as importantes contribuições que podem fazer ao compartilhar, em seus próprios termos, os conhecimentos tradicionais associados ao uso

<b>Relatório nº001</b>		 <small>Empoderando vidas. Fortalecendo nações.</small>	 <b>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE</b>	
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 8 / 23</b>			

de plantas medicinais nativas que fazem parte da sua cultura – inclusive dentro do segmento de fitoterápicos. Essa pode ser uma oportunidade relevante para ampliar a repartição de benefícios, que deve ser acompanhada de salvaguardas que garantam que a coleta e o cultivo de fitoterápicos seja realizada de forma sustentável para assegurar a adesão às salvaguardas sociais.


O projeto introduzirá e testará um novo modelo, em nível local – nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) – para as cadeias de valor de fitoterápicos, o qual incentivará a valorização e a priorização contínuas das espécies brasileiras no segmento de fitoterápicos, além de contribuir para o cumprimento da nova legislação de acesso e a repartição de benefícios dos recursos genéticos em um marco justo e igualitário. Ressalta-se que a repartição de benefícios pode derivar do uso dos recursos genéticos no segmento de fitoterápicos e, quando cabível, do conhecimento tradicional associado. Desta forma, o Projeto contribuirá para promover o manejo sustentável e a conservação do patrimônio genético, além de obter benefícios socioeconômicos. O modelo corroborará os usos agroecológicos do solo e práticas sustentáveis, mais especificamente ao incorporar modelos e padrões de sustentabilidade nas cadeias de valor dos fitoterápicos (sejam as matérias-primas obtidas por meio de cultivo ou pelo extrativismo). Ao mesmo tempo, dará suporte a mais pesquisas sobre os produtos medicinais fitoterápicos promissores e ao aumento da demanda por esses produtos, em um trabalho conjunto com o SUS.

Em longo prazo, o Projeto contribuirá para a ampliação dos benefícios socioeconômicos com conservação da biodiversidade.

Para a implementação do presente Projeto, que terá uma vigência de 6 anos e um orçamento de US\$ 5,722,700, o Governo do Brasil solicitou a assistência do PNUD para a elaboração e implementação deste Projeto, com base na vantagem comparativa do PNUD, que inclui ampla experiência de suporte ao Governo na implementação de projeto no Brasil, sua presença no país, seu grande portfólio de projetos de biodiversidade e ARB no mundo todo, e sua função de Agência Implementadora (AI) do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF).

Prevê-se o estabelecimento de parcerias com diferentes entidades (governamentais ou não-governamentais) e trabalhará em estreita colaboração com alguns parceiros centrais, como o Ministério da Saúde, a ANVISA e a FIOCRUZ, dentre outros, e em estreito diálogo, considerando a sensibilidade das questões políticas que serão abordadas, para evitar a sobreposição de atividades e potencializar o uso dos recursos e compartilhar as lições aprendidas, o que ajudará a aumentar a eficácia e a eficiência do projeto, bem como o impacto geral sobre o sistema de ARB e a conservação da biodiversidade no Brasil.



<b>Relatório nº001</b>		
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 9 / 23</b>	

O projeto trabalhará de forma totalmente participativa com os PIPCTAFs para aumentar seu entendimento sobre a lei de ARB, fortalecer sua capacidade de negociar acordos justos de ARB e envolvê-los totalmente nas consultas para simplificar os regulamentos e, assim, permitir que eles registrem ou notifiquem seus produtos. Além disso, envidará esforços para o empoderamento de mulheres para que atuem como protagonistas e beneficiárias nas cadeias de valor fitoterápico. Esta abordagem integrada garantirá que as barreiras que prejudicam o fortalecimento das cadeias de valor à base de plantas medicinais sejam combatidas em todos os níveis relevantes.

O projeto será implementado na modalidade de Implementação Direta (DIM) do PNUD e a estrutura organizacional proposta para a sua execução é integrada por um Comitê Gestor do Projeto (Project Board) e outros dois comitês consultivos, ambos presididos pelo MMA - parceiro líder no Governo. Um, interministerial, que terá como objetivo facilitar a coordenação interministerial assegurar a convergência e complementaridade das ações entre diferentes partes interessadas e cofinanciadores, bem como assegurar o alinhamento do Projeto às políticas e programas nacionais relevantes e verificar se as atividades do projeto conduzem aos resultados necessários. E o outro, composto por representantes de povos e comunidades tradicionais - a Comissão Consultiva dos PIPCTAFs, também presidida pelo MMA, que fornecerá insumos para a implementação das atividades, assegurando o alinhamento do Projeto a outras políticas relevantes relativas aos PIPCTAFs (industrial, social, de conservação, educação) e às cadeias de valor fitoterápico relevantes. Além de dar suporte técnico, em base de consulta, a todas as atividades relevantes do projeto.

Ao Comitê Gestor cabe oferecer orientação e instruções gerais ao Projeto; tomar as decisões de gestão executiva do projeto, como a aprovação do Plano do Trabalho Anual e Revisões do Projeto; monitorar o seu progresso; avaliar riscos e recomendar medidas de prevenção e mitigação de riscos, assim como oferecer instruções e recomendações para garantir que os produtos acordados sejam produzidos satisfatoriamente, conforme o planejado.

O Projeto contará com uma Unidade de Gestão do Projeto (UGP), que terá sua sede no PNUD, em Brasília e será responsável por: (i) realizar o planejamento operacional, a gestão e execução do projeto, inclusive a supervisão direta das atividades subcontratadas a especialistas e outras instituições, além daquelas implementadas através do MMA, quando cabível; (ii) fazer a gestão dos recursos financeiros e a realização das contratações; (iii) fornecer informações sobre a aplicação dos recursos e resultados obtidos; (iv) realizar a preparação dos relatórios de gestão, inclusive relatórios anuais (PIRs) e qualquer proposta para a gestão adaptativa do Projeto, se necessário e com base

<b>Relatório nº001</b>		
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 10 / 23</b>	

nos insumos do plano de M&A do Projeto; (v) promover vínculos interinstitucionais; e (vi) divulgar os resultados do projeto.

A UGP manterá contato regular com o MMA, responsável pela coordenação técnica do Projeto e orientação estratégica, por meio de seu papel no Project Board, que é composto pelo MMA, PNUD e ABC e na Presidência do Comitê Consultivo do Projeto; bem como, na Coordenação da Comissão Consultiva de PIPCTAFs.




## 5. PROGRESSO DO PROJETO DURANTE O PERÍODO INICIAL

O Projeto foi firmado em 07 de dezembro de 2018, mas somente teve sua execução iniciada em janeiro de 2019, com a contratação da equipe de gestão do Projeto e realização das primeiras reuniões de planejamento junto à equipe técnica, do MMA. Foi realizada também a primeira reunião da Câmara Consultiva - composta por representantes das organizações dos PIPCTAFs da Câmara Setorial de Detentores de Conhecimento Tradicional Associado (CSDCTA) do CGen e outros fóruns de PIPCTAFs relevantes para o Projeto. A reunião teve como objetivo apresentar o Projeto aos representantes de Povos e Comunidades tradicionais e colher análises e orientações relevantes para a implementação do projeto.

Embora o Projeto tenha iniciado a implementação de suas atividades nos primeiros meses de 2019, cabe registrar que, devido aos impactos naturais relacionados à transição da gestão do Governo Federal, o primeiro semestre de 2019 apresentou atrasos na implementação das atividades previstas para esse período, tanto em virtude das decorrentes mudanças na equipe técnica do MMA, quanto em virtude de mudanças nas diretrizes do novo Governo.

Somente a partir das designações de diretores e coordenadores responsáveis pelos Projetos as ações puderam ser retomadas. A Secretaria de Biodiversidade (SBio), responsável pela coordenação técnica do Projeto, teve vários cargos e funções extintos, com ocupantes exonerados ou dispensados, a partir do dia 30 de janeiro de 2019<sup>1</sup>. O seu Secretário, Sr. Eduardo Camerini, somente foi nomeado em meados de maio, o que, por si só já acarretaria importantes atrasos para a execução dos Projetos sob sua responsabilidade, mas, além disso, registra-se a falta de publicação do extrato do Projeto BRA/18/G31 em Diário Oficial da União, por parte do Ministério do Meio Ambiente,

<sup>1</sup> Portaria no. 24, de 7 de janeiro de 2019, Ministério do Meio Ambiente.

<b>Relatório nº001</b>		 <b>P N</b> <b>U D</b> <small>Empoderando vidas. Fortalecendo nações.</small>	 <b>PÁTRIA AMADA</b> <b>BRASIL</b> <small>GOVERNO FEDERAL</small> <b>MINISTÉRIO DO</b> <b>MEIO AMBIENTE</b>	 <b>gef</b>
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 11 / 23</b>			

aguardando autorização do Ministro Ricardo Salles para sua efetivação, que somente ocorreu em agosto de 2019.

Em decorrência desses fatos, todas as ações do Projeto ficaram suspensas e somente puderam ser retomadas em agosto de 2019.




Em reunião realizada em 11/09/2019, confirmou-se que, com a publicação do extrato, a implementação do Projeto poderia ser retomada. A realização do “Inception Workshop” foi inicialmente planejada para outubro de 2019, mas em decorrência de compromissos previamente agendados no âmbito de outro Projeto da Secretaria, a realização do IW precisou ser reagendada para dezembro de 2019.

## **6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO**

As mudanças no cenário político e econômico foram discutidas e analisadas durante a reunião, com o objetivo de avaliar a adequação do objeto e da estratégia definida para a execução do Projeto, além de identificar novos riscos diante das atuais circunstâncias desde a concepção do Projeto. Embora tenha havido mudanças de diretrizes políticas com a mudança da gestão do Governo Federal, identificou-se que, em linhas gerais, os objetivos do Projeto estão alinhados às diretrizes estabelecidas pelo novo Governo, considerando que as barreiras identificadas durante o seu desenho permanecem válidas e precisam ser superadas.

- Cadeias de valor para fitoterápicos com potencial para conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico ainda subdesenvolvidas;
- Parcerias entre Comunidades Indígenas Locais, Ciência e Indústria para promover P&D de produtos medicinais fitoterápicos em conformidade com o Sistema de ARB ainda insuficientes;
- Oportunidades de registros, notificação e comercialização de produtos fitoterápicos com repartição de benefícios, perdidas, em função das dificuldades normativas e institucionais;

A estratégia planejada para o Projeto com a adoção de uma abordagem de cadeia de valor integrada por meio desse projeto, considerando os diferentes elos da cadeia; o estreito alinhamento e diálogo com outros entes governamentais, para garantir uma maior sinergia e complementaridade de ações entre diferentes partes interessadas; assim como, o pleno envolvimento de representantes de povos e comunidades tradicionais

<b>Relatório nº001</b>		 <b>P N</b> <b>U D</b> <small>Empoderando vidas. Fortalecendo nações.</small>	 <b>PÁTRIA AMADA BRASIL</b> <small>GOVERNO FEDERAL</small> <b>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE</b>	 <b>gef</b>
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 12 / 23</b>			

necessidades, fornecendo insumos para a implementação das atividades e o alinhamento do Projeto às e realidades locais; é considerada adequada e eficaz para o alcance dos resultados do Projeto.

A combinação da integração da conservação da biodiversidade e do cumprimento do ARB também é considerada uma forma econômica de abordar as metas ambientais e de desenvolvimento local.

O quadro lógico do Projeto (Resultados e Produtos), o orçamento e os Arranjos de Implementação foram apresentados, enfatizando o histórico da proposição, o objetivo geral, considerando-se o contexto atual e não foram observadas necessidades de alterações nas estruturas definidas no desenho do Projeto.




Ressaltou-se que o projeto tem perspectiva otimista de alcance dos resultados esperados, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável, por meio da geração de emprego e renda, melhoria da saúde, da educação e por seu compromisso real com a questão de gênero. Destacou-se, ainda, que embora indicados no Documento de Projeto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que o Projeto impacta diretamente, cabe registrar que, tendo que vista que são interligados e indivisíveis, o Projeto contribui para o alcance de todos os 17 ODS estabelecidos no âmbito da Agenda 2030.

## **7. RISCOS**

Os riscos identificados na fase de desenho do Projeto foram discutidos durante o *Inception Workshop* e, diante do novo cenário e levando em consideração as diferentes realidades locais, foi solicitado aos participantes que avaliassem possíveis riscos não identificados ou que tenham surgido desde o desenho do Projeto.

Os seguintes riscos foram identificados no desenho do Documento de Projeto:

- Risco potencial de baixo engajamento de comunidades indígenas e locais;
- O fortalecimento da Cadeia de Valor do Projeto e das atividades de P&D pode afetar adversamente os direitos, as terras e os meios tradicionais de subsistência dos povos indígenas, que talvez não tenham a capacidade de reivindicar seus direitos;
- Promover o fortalecimento de Cadeias de Valor e atividades de P&D com plantas medicinais fitoterápicas tradicionalmente usadas pelas PIPCTAFs no Brasil, sem




<b>Relatório nº001</b>		 <b>P N</b> <b>U D</b> <small>Empoderando vidas. Fortalecendo nações.</small>	 <b>PÁTRIA AMADA BRASIL</b> <small>GOVERNO FEDERAL</small> <b>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE</b>	 <b>gef</b>
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 13 / 23</b>			

compensar adequadamente os PIPCTAFs por esse conhecimento tradicional associado (CTA) e patrimônio cultural, e que este CTA seja tomado por outros para benefício comercial deles;


- Desigualdades de Gênero, em termos da sobre-representação de mulheres em atividades intensivas em trabalho e mal remuneradas e sua sub-representação nas atividades comerciais e outras atividades mais lucrativas de maior valor, serem reproduzidas por este Projeto;
- O tempo de duração do Projeto ser insuficiente para influenciar os meios de subsistência em nível dos APLs de interesse;
- Atividades de fortalecimento da Cadeia de Valor no Resultado 2 nos APLs de interesse terem impactos negativos nos ecossistemas (incluindo áreas reconhecidas pelos Povos Indígenas como importantes para a conservação e áreas com habitat sensível) e da colheita e/ou extração e o desenvolvimento comercial de plantas medicinais afetarem negativamente os recursos genéticos das plantas medicinais;
- Potenciais riscos de saúde e segurança ocupacional para os PIPCTAFs associados à operação de equipamentos e ao uso de produtos químicos para beneficiamento de plantas ou produção de extratos e óleos vegetais.
- As Mudanças Climáticas comprometerem a sustentabilidade do cultivo e extração das plantas fitoterápicas nos APLs.
- A duração do Projeto não permitir tempo suficiente para que os habitantes do APL aumentem significativamente a venda de produtos medicinais fitoterápicos e, assim, aumentarem sua renda.

Os riscos identificados e discutidos durante o Inception Workshop reforçam alguns riscos já levantados e refletidos no documento do Projeto durante o seu desenho e agregam preocupações relacionadas às diferentes realidades locais e ao novo cenário estabelecido, conforme detalhados abaixo:

- Mudanças nas equipes técnica e de gestão do Projeto impactam diretamente a implementação do Projeto, causando atrasos em sua execução;
- Mudanças nas diretrizes políticas e econômicas sejam em nível federal, estadual ou municipal podem restringir o alcance dos resultados;

<b>Relatório nº001</b>		 <b>P N</b> <b>U D</b> <small>Empoderando vidas. Fortalecendo nações.</small>	 <b>PÁTRIA AMADA BRASIL</b> <small>GOVERNO FEDERAL</small> <b>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE</b>	 <b>gef</b>
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 14 / 23</b>			

- As pesquisas realizadas não gerarem resultados na ponta e não se traduzirem em mudanças sócio-econômicas significativas;
- Não se obter avanços na incorporação dos produtos fitoterápicos no SUS;
- Produção em larga escala e exploração não sustentável dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados;
- Risco de os povos e comunidades tradicionais não se beneficiarem da comercialização dos produtos que cultivam, por não existir uma reserva de mercado para o comércio de produtos advindos de povos e comunidades tradicionais e por questões relacionadas a patentes;
- Não avançar na simplificação e facilitação dos procedimentos administrativos e a coordenação entre as agências governamentais responsáveis pela regulamentação e inspeção de diferentes estágios envolvidos nas cadeias de valor fitoterápico;
- Pouco engajamento dos entes governamentais envolvidos no Projeto, tendo em vista a importância fundamental de se encontrar sinergias e potencializar ações e recursos para o alcance dos resultados;
- Riscos relacionados ao cofinanciamento provenientes de outros parceiros ou entidades que trabalham com a temática que não tenham o recurso em mãos, ao longo da vida do projeto, devido ao contingenciamento de recursos públicos;
- Atraso no início da implementação do Projeto impactar negativamente o alcance dos resultados, considerando a complexidade, a peculiaridade e a sensibilidade da temática abordada pelo Projeto, que demanda, em alguns casos, longo prazo para o alcance das metas, especialmente no que diz respeito ao tempo necessário para que pesquisa e desenvolvimento sejam concretizados e convertidos em resultados na ponta. O Projeto deverá executar 6 anos em 5.
- O Projeto não atender de forma isonômica a todos os biomas alvo, considerando o orçamento limitado do Projeto em relação a abrangência do território nacional e a existência de profissionais especializados em cada bioma;
- Do ponto de vista financeiro, há também um risco de variações cambiais. Até o momento, a flutuação do câmbio favoreceu o Projeto, mas como se trata de um Projeto de longo prazo (6 anos), é possível que impacte negativamente no longo prazo;

<b>Relatório nº001</b>		  
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 15 / 23</b>	

## **8. ESTRATÉGIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS - MEDIDAS DE MITIGAÇÃO**


Conforme apontado durante a reunião, as medidas de mitigação originalmente refletidas no Documento de Projeto são abrangentes e englobam os novos riscos discutidos. O projeto foi concebido para garantir que os direitos dos PIPCTAFs sejam respeitados, suas terras e meios de subsistência não sofram impactos negativos e que eles se beneficiem economicamente do uso dos recursos genéticos. O projeto seguirá o princípio do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) em todos os estágios, colocará em prática salvaguardas sociais, econômicas e ambientais para assegurar que todas as atividades relacionadas ao uso e comercialização de recursos genéticos em terras reivindicadas por povos indígenas sejam compatíveis com o sistema ARB e com toda a legislação em vigor sobre PIPCTAFs.

Um dos objetivos específicos do projeto é fortalecer a capacidade das PIPCTAFs de reivindicar seus direitos à repartição justa e igualitária dos benefícios provenientes de recursos genéticos, segundo a legislação de ARB.

Quanto à sustentabilidade sociopolítica, o foco do projeto é garantir benefícios socioeconômicos para os PIPCTAFs, por meio do aumento de renda, acesso a mercados, benefícios de saúde pelo menor uso de agroquímicos, empoderamento das PIPCTAFs na negociação de acordos com o setor privado e outras atividades.

A sustentabilidade política está ligada ao fato de que o governo do Brasil desenvolveu uma Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, e várias outras políticas e programas que enfatizam seu compromisso com o desenvolvimento de uma economia da biodiversidade, inclusive no que se refere ao setor fitoterápico.

Diante da complexidade e sensibilidade dos temas abordados pelo Projeto, ele foi elaborado para que seja participativo. Por essa razão, dois comitês consultivos foram criados para fornecer insumos à UGP e ao Comitê Gestor do Projeto: uma Comissão Consultiva permanente de PIPCTAFS, para assegurar a representatividade, a participação e o envolvimento dos povos e comunidades tradicionais e um Comitê Consultivo com entes governamentais, para promover o envolvimento de todos os parceiros relacionados às temáticas a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto, com o objetivo de identificar sinergias, alavancar recursos para potencializar ações, trabalhar conjuntamente no desenvolvimento de mudanças normativas para facilitar e simplificar a comercialização de produtos medicinais fitoterápicos tradicionais e realizar a sensibilização de profissionais do SUS quanto ao uso de fitoterápicos, dentre outras. A eficácia do projeto

<b>Relatório nº001</b>		
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 16 / 23</b>	

dependerá do engajamento ativo com diversas agências governamentais relevantes e com povos e comunidades tradicionais. A participação e o envolvimento desses atores são essenciais para o seu sucesso.

Além disso, esse projeto foi elaborado para assegurar que os resultados sejam sustentáveis ao longo do tempo, tanto no que se refere a recursos financeiros, a estrutura institucional e governança, como no que concerne às questões políticas, sócio-econômicas e aspectos ambientais.




Este projeto tem uma forte orientação de conservação da biodiversidade, se concentrando primeira e principalmente no uso sustentável dos recursos genéticos do Brasil e, portanto, na conservação da biodiversidade. O projeto garantirá que as espécies de plantas brasileiras promissoras para medicamentos sejam cultivadas e extraídas de forma sustentável nos Arranjos Produtivos Locais (APLs), mediante oferta de treinamento e apoio técnico. As intervenções nos APLs de interesse contribuirão com informações valiosas sobre como alcançar a sustentabilidade nas cadeias de valor de fitoterápicos em quatro biomas distintos (a saber, Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica). As diretrizes de melhores práticas serão produzidas para a produção sustentável e manejo em nível de paisagem, e serão aplicadas salvaguardas ambientais.

O Projeto prevê a implementação de um plano de autocertificação agroecológica que será aplicado a todos os APLs de interesse, também promovendo as melhores práticas nos locais de interesse.

Destaca-se que o projeto aplicará rigorosas salvaguardas ambientais, sociais e a Unidade de Gestão do Projeto, assim como o Comitê Gestor do Projeto monitorará regularmente o cumprimento das condições definidas para as doações e garantir que não ocorra qualquer impacto negativo nos habitats sensíveis ou nos recursos genéticos, em conformidade com a legislação nacional, as regras socioambientais do PNUD e as exigências do GEF, como doador.

É importante ressaltar que o Projeto prevê uma gestão adaptativa que permite à UGP e ao Comitê Gestor fazer as correções necessárias sobre a estratégia e a abordagem utilizada ao longo de sua vigência. Para isso, estão previstas contratações de profissionais, cujo objeto, dentre outras atividades, incluem realizar o monitoramento das salvaguardas sociais, políticas, econômicas e de gênero, com o objetivo de fornecer insumos, por meio de relatórios periódicos contendo recomendações à UGP e ao Comitê Gestor do Projeto para a gestão adaptativa, quando necessário.



<b>Relatório nº001</b>		  
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 17 / 23</b>	

Por fim, devemos mencionar que o projeto desenvolverá uma estratégia de saída em seu último ano de operação, a fim de detalhar as ações necessárias para a sustentabilidade e para garantir o acordo entre as principais partes interessadas para realizar essas atividades quando o projeto for concluído.

## **9. MARCO LÓGICO**

Nenhuma alteração foi realizada no quadro lógico do projeto após o Inception Workshop do Projeto. Contudo, vale ressaltar a necessidade de definir linhas de base para alguns dos indicadores estabelecidos, o que será feito a partir das primeiras contratações do Projeto.

## **10. PLANO DE TRABALHO ANUAL (PTA)**




Contribuições feitas pelos membros da Comissão Consultiva dos PIPCTAFs, em sua primeira reunião realizada em fevereiro de 2019, foram sistematizadas e incorporadas ao Plano de Trabalho Anual relativo a 2020 (primeiro ano de implementação do Projeto), qual foi apresentado e discutido durante o IW.

Não houve indicações de alterações na estratégia definida para o ano de 2020. Destacou-se a necessidade de pequenos ajustes nos perfis de consultores a serem contratados, o que será melhor definido na reunião anual da Comissão Consultiva, que deve ocorrer em março, após algumas reuniões bilaterais a serem realizadas com parceiros-chave, para reafirmar compromissos assumidos durante o desenho do Projeto.

## **11. ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Foi apresentada a estratégia de monitoramento e avaliação aos participantes, a qual atende aos rígidos princípios de transparência e efetividade do GEF e do PNUD, os quais estabelecem em suas regras, criteriosos pontos de checagem durante a vida do Projeto, para garantir uma implementação fluida e com as necessárias medidas corretivas e superação de possíveis gargalos.

A estratégia de M&E do Projeto está em acordo com os requisitos do doador e do Agente Implementador e, durante a reunião do IW, não foi indicada a necessidade de alterações. Estão definidas no Documento de Projeto, as seguintes atividades:


<b>Relatório nº001</b>		  
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 18 / 23</b>	

- Workshop de Início;
- Mensuração dos Meios de verificação dos indicadores (início, meio e fim);
- Visitas técnicas (PNUD e PNUD-GEF);
- Reuniões anuais dos Comitês do Projeto;
- Relatórios Anuais de Progresso do Projeto – PIR (andamento, lições aprendidas, problemas enfrentados) – enviados em junho de cada ano. Não coincide com o ano fiscal.
- Reuniões Tripartites anuais – TPR;
- Avaliações de Meio Termo e Final;
- Relatório Final;
- Auditorias anuais.

## **12. RECOMENDAÇÕES E PRÓXIMOS PASSOS**

### ➤ Recomendações:

- a. Manter a estratégia de assegurar a estreita cooperação das principais partes interessadas e o envolvimento dos PIPCTAFs ao longo da vida do Projeto. Reafirmar/estabelecer parcerias com diferentes entidades (governamentais ou não-governamentais) é fundamental para o sucesso do projeto.
- b. Manter a estratégia de trabalho conjunto a projetos e/ou iniciativas que tenham similaridade com o objeto do Projeto, a fim de alavancar fundos, evitar a sobreposição e compartilhar as lições aprendidas. Tais medidas ajudarão a aumentar a eficácia e a eficiência do projeto, bem como o impacto geral sobre o sistema ABS e a conservação da biodiversidade no Brasil.
- c. Cumprir com os requisitos de M&E definidos. Esse Projeto requer um acompanhamento contínuo por parte de todos os envolvidos;
- d. Monitorar e reportar ao PNUD/GEF a realização do co-financiamento paralelo. A realização do cofinanciamento do projeto será verificada durante o processo de revisão de meio-termo e avaliação de conclusão do Projeto para ser comunicada

<b>Relatório nº001</b>		
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 19 / 23</b>	

ao GEF. A execução financeira do cofinanciamento se dará por meio de cada órgão co-financiador, conforme estabelecido no Documento de Projeto, não havendo transferência de recursos para o PNUD.

- e. Garantir que, durante as reuniões dos Comitês estabelecidos, os resultados sejam revistos e os correspondentes ajustes sejam feitos, sempre seguindo os canais de comunicação e aprovação requeridos pelo projeto e os princípios da gestão adaptativa;
- f. Começar imediatamente a implementação do Projeto. O projeto deve garantir e acelerar a execução nos 5 anos restantes de implementação. Não é possível considerar qualquer extensão da atual vigência do projeto, aprovada pelo doador.





➤ **Próximos Passos:**

- Finalizar a contratação do Assessor Técnico do Projeto que terá uma atuação importante na ponta, junto às comunidades tradicionais;
- Finalizar o Plano de Trabalho Anual para 2020;
- Finalizar o Plano de Compras para o ano de 2020;
- Finalizar os Termos de Referência das contratações iniciais (cf. Plano de Trabalho para o primeiro ano de implementação) e dar início às contratações, de forma a estabelecer linhas de base para os indicadores sinalizados no Quadro Lógico do Projeto;

### **13. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

PNUD, PNUD-GEF e MMA, nas pessoas do Assessor Sênior do PNUD, Haroldo Machado, da Gerente de Projetos, Renatha Calazans, da Associada de Programa do PNUD-GEF (Panamá), Maria Gabriela Pinto, do Diretor do Departamento de Patrimônio Genético, Fabrício Santos, do Diretor Substituto, José Renato Barcelos agradeceram a presença de todos os presentes e reforçaram a importância do compromisso de todos os envolvidos para o sucesso do Projeto.

Será necessário tanto o compromisso político do mais alto nível para articular alianças interinstitucionais e informar e capacitar os diversos setores envolvidos (tais como povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, setor acadêmico,

<b>Relatório nº001</b>		   
<b>Inception Workshop</b>	<b>página: 20 / 23</b>	

empresas e agências governamentais), como dos povos e comunidades tradicionais para viabilizar as ações planejadas e o alcance dos resultados do Projeto.

Os representantes dos PIPCTAFs reafirmaram o seu compromisso e envolvimento, que são indispensáveis ao Projeto.

Como encaminhamentos da reunião, ficou acertado que a periodicidade das reuniões a serem realizadas com os Comitês Consultivos, sob a presidência do MMA, será anual. A reunião a ser realizada com a Comissão Consultiva dos PIPCTAFs ficou pré-definida para março de 2020. Todavia, o Diretor Substituto do Projeto, José Renato Barcelos, salientou que serão necessárias reuniões bilaterais com alguns parceiros-chave e que estas devem acontecer antes da Reunião da Comissão.

Na sequência, será agendada a reunião com o Comitê Consultivo do Governo.

Ainda como encaminhamento, será disponibilizado a todos os participantes o *Inception Report* que deverá ser produzido para encaminhamento ao GEF.

## 14. ANEXOS

### ANEXO I – AGENDA

09:15 – 09:30	Rodada de Apresentação dos participantes
9:30 – 10:30	Apresentação da estrutura do projeto: objetivo, resultados, produtos e atividades – Haroldo Machado (PNUD)
10:30 – 11:00	Arranjos de Implementação do Projeto: Comitês de Acompanhamento do Projeto (Comitê Gestor, Comitê Consultivo do Projeto, Comissão Consultiva dos PIPCTAFs) (MMA)
11:00 – 11:15	Coffee break
11:15 – 12:30	Estratégia de Monitoramento e Avaliação e de Gestão de Riscos / “Reporting” do Projeto – Maria Gabriela Pinto (PNUD/GEF)
12:30 – 13:30	Almoço
13:30 – 15:00	Plano de Trabalho referente ao primeiro ano de execução do projeto (MMA) - José Renato (MMA)
15:00 – 15:15	Coffee break
15:15 – 17:30	Próximos Passos e Encerramento (MMA/PNUD)

### ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA

United Nations Development Programme				
INCEPTION WORKSHOP				
BRA/18/G31 - Uso sustentável, acessível e inovador dos recursos da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado em promissoras cadeias de valor fitoterápico no Brasil.				
Brasília, 03 de dezembro de 2019, PNUD				
Lista de Participantes				
Nome	Instituição	Telefone	e-mail	assinatura
Ana Luiza Arraes de Alencar Assis	MMA	61 20282574	ana.assis@mma.gov.br	<i>Ana Luiza Assis</i>
Fabricao Santana Santos	MMA	(61) 2028-2325 (61) 2028-2088	fabricao.santo@mma.gov.br	<i>Fabricao</i>
Jose Renato Barcellos Ferreira	MMA	(61) 20282334	jose.barcellos@mma.gov.br	<i>Jose Renato</i>
Nilton Reis Batista Júnior	MMA	(61) 2028-2581	nilton.batista@mma.gov.br	<i>Nilton</i>
Thiego de Sousa Cotrim	MMA	(61) 2028-2326	thiego.cotrim@mma.gov.br	<i>Thiego</i>
Marciano Toledo	Via Campesina	(21) 96770-0351	marcianotol71@yahoo.com.br	<i>Marciano Toledo de Silva</i>
Haroldo Machado	PNUD	(61) 3038-9033	haroldo.machado@undp.org	<i>Haroldo Machado</i>
Rachel Freita	PNUD	(61) 3038-9032	rachel.santos@undp.org	<i>Rachel</i>
Renatha Calazans	PNUD	(61) 3038-9032	renatha.calazans@undp.org	<i>Renatha</i>
Maria Gabriela Pinto	PNUD/Panamá	(61) 3038-9106	maria gabriela.pinto@undp.org	<i>Maria Gabriela Pinto R.</i>
LUIZ HENRIQUE MOURATO DO GATO BATISTA	MCTIC	61 2033-7401	LUIZ.GATO@mctic.gov.br	<i>LUIZ HENRIQUE MOURATO DO GATO BATISTA</i>
Roselis Simoniatti	Embrapa/SIEG	(61) 981702003	ROSSELIS.SIMONIATTI@EMBRAPA.BR	<i>Roselis</i>
Juliano XUKURU	Recanto das Ás	APIC/BR/POIN/ME 63-99588903	XUKURU.Senida@emab.br	<i>Juliano</i>
Juliana Wencislau	PNUD	30389027	juliana.santos@undp.org	<i>Juliana</i>



### ANEXO III - FIGURAS UTILIZADAS NAS DISCUSSÕES EM GRUPOS



Figura 01 - Tabela de Categorias usada para discussão em grupos

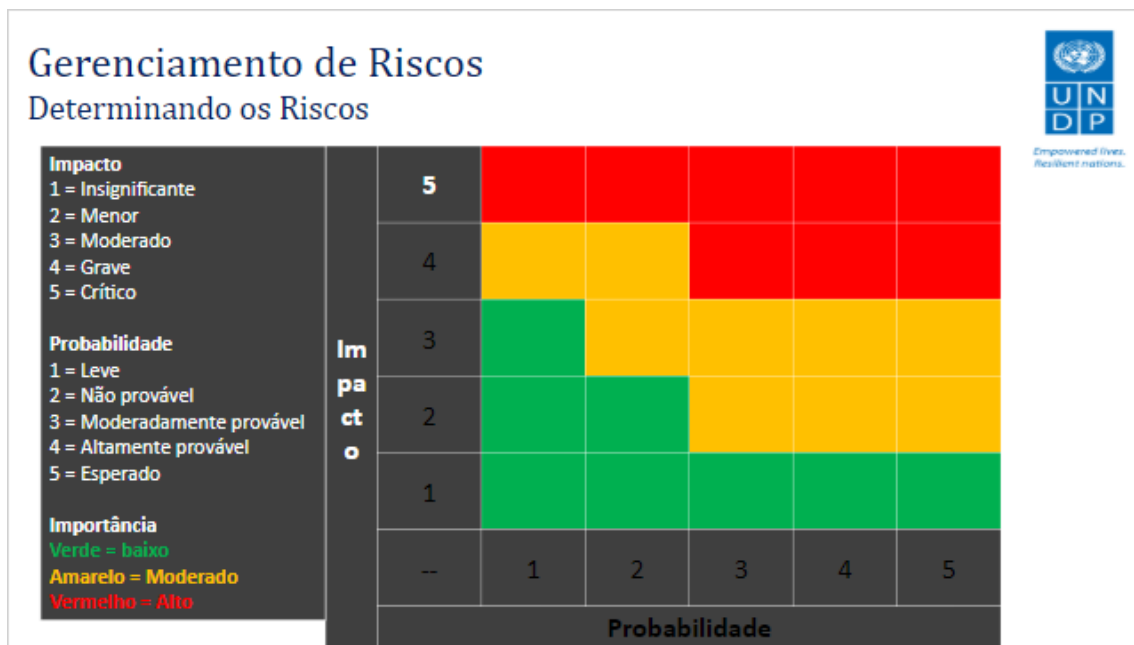


Figura 02 - Tabela de determinação de riscos usada para discussão em grupos